

Thaís da Silva  
Viana

Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do corpo editorial do Cosmopolítico.

## DOKDO OU TAKESHIMA? POSICIONAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA SUL COREANO SOBRE A POSSE DA REGIÃO AFETA RELAÇÕES COM O JAPÃO

A 87.4 quilômetros da costa da ilha de Ulleungdo e a 216.8 quilômetros do litoral sul-coreano, um pequeno conjunto de ilhas, batizado de Dokdo pela República da Coreia (ROK), repousa exatamente no meio do Mar do Leste. Com a exuberante beleza das rochas vulcânicas e uma rica fauna, o arquipélago é vigiado 24 horas por dia pela Guarda Costeira sul-coreana, e duas vezes por ano é palco de um dos principais exercícios militares da Coreia do Sul (KOREA, 2016)

O *Dokdo Defense Exercise*<sup>1</sup>, renomeado recentemente para *East Sea Territorial Protection Exercise*<sup>2</sup>, ocorre desde de 1986 envolvendo diversas forças militares sul-coreanas como a Guarda Costeira, a Marinha e um contingente destacado do Exército (CHOE, 2019). A quantidade de navios e tropas mobilizadas para a ação, assim como as questões práticas do exercício, variam de acordo com aspectos nacionais e internacionais em que a ROK se encontra. O objetivo do exercício é simples: segundo



1 Exercício de defesa de Dokdo (tradução nossa).

2 Exercício de Proteção Territorial do Mar do Leste (tradução nossa).

o Livro Branco de Defesa sul-coreano, toda a ação visa solidificar a determinação das forças armadas sul-coreanas em proteger a atuação da Coreia do Sul no local, tornando o país um dos mais atuantes da região considerada geograficamente estratégica pelo país (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COREIA, 2018). A mudança na definição do exercício, no entanto, ainda deixa explícito seu principal foco: a defesa da soberania de Dokdo em uma resposta militarizada às reivindicações do Japão pela região.

O conjunto de ilhas, chamado de Takeshima pelos japoneses, apresenta cerca de 187.450 metros quadrados e se encontra a 157.5 quilômetros de distância da ilha japonesa de Oki, sendo equidistante do território japonês e do território sul-coreano (KOREA, 2016). A proximidade do arquipélago com o Japão, conjuntamente com seu histórico de pertencimento ao país, se tornou um dos principais argumentos para a reivindicação dos rochedos pelo governo japonês. O pedido do Japão se tornou a principal razão pelo cerco da ROK à região e desencadeou uma intensa disputa territorial entre Japão e Coreia do Sul, a qual se mantém há mais de 50 anos.

Atualmente o contencioso ganha um novo capítulo. Após o lançamento do *Defense Paper*<sup>3</sup> japonês em 2020 e do Livro Branco de Defesa sul-coreano no mesmo ano, é possível observar um acirramento da disputa pela região, aumentando a tensão entre os dois países. A mudança do Livro Branco de Defesa sul-coreano mostra um tom mais incisivo para assuntos relacionados à soberania de seus territórios, em um leve redirecionamento da conciliatória diplomacia do presidente Moon Jae In. O caso leva o Japão a questionar as tentativas de aproximação do governo sul-coreano e até mesmo considerar as afirmações feitas como ofensas diretas, razões para um protesto contra a posição de menor importância dentro da política externa da ROK (SHIM, 2021). Porém, há de se questionar a ação. Seria realmente uma mudança na política externa do governo Moon Jae In para com o Japão, ou apenas uma resposta às constantes provocações do Japão nos últimos anos sobre o contencioso e outros assuntos delicados para ambos?

A disputa pela região se mantém ativa com ambos os países argumentando sua soberania por seus devidos históricos de posse da região. A Coreia do Sul ar-

3 Livro de Defesa. (tradução nossa)

gumenta sua posse baseada principalmente nos documentos datados já durante a dinastia Joseon, mais especificamente durante o reinado do rei Sejong<sup>4</sup> em 1454, os quais descrevem e clamam a região como território coreano (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA CORÉIA, 2021). O Japão, por sua vez, também baseia sua posse em documentos históricos, como o Mapa das Terras e Estradas Japonesas de 1779, o qual reconhece Takeshima como parte do território japonês (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO, 2014).

Na historiografia mais recente, a reivindicação de Dokdo/Takeshima pelo Japão é contestada pela Coreia do Sul pelas peculiares circunstâncias em que se deram. Logo após o fim da Guerra Russo-Japonesa, o Japão, após diversos acordos forçados com a Coreia, anexou a península tornando-a território japonês a partir de 1910. Dokdo fica sob a jurisdição do Japão, que já na época o declarava como pertencente à prefeitura de Shimane e o nomeia de Takeshima (FERN, 2005). Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 e a libertação dos territórios ocupados pelo Japão sob o artigo 2(a) do Tratado de Paz de São Francisco<sup>5</sup> (1951), a Coreia se vê independente da ocupação japonesa, assim como todas as suas ilhas e águas territoriais.

O Japão na ocasião, todavia, não abre mão da posse de Dokdo/Takeshima simplesmente pelo arquipélago não ser citado nem no artigo 2 — referente a questão territorial —, nem em nenhum outro artigo do Tratado de Paz de São Francisco assinado em 1951, resultando na permanência da posse do Japão sob a região. Ainda que legalmente sendo pertencente ao Japão, por não haver uma renúncia oficial do território pelo governo japonês, o Comandante Supremo das Forças Aliadas, General Douglas McArthur, decide por retirar as ilhas da jurisdição japonesa e torná-las território para teste de bombas norte-americanas a partir do Acordo Administrativo Japão-EUA (1951) (FERN, 2005).

Em 1952, pouco tempo após a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, o presidente Syngman Rhee sai em defesa da soberania coreana sob a região com a

4 Romanização de 세종대왕.

5 “Japan, recognizing the independence of Korea, renounces all right, title and claim to Korea, including the islands of Quelpart, Port Hamilton and Dagele” (TRATADO DE PAZ DE SÃO FRANCISCO, 1951)

Proclamação Presidencial Coreana sobre o Mar Adjacente (1952), a qual não apenas reivindica e reafirma a soberania coreana sob Dokdo/Takeshima, mas também clama parte do Mar do Leste<sup>6</sup> (FERN, 2005). A Linha Rhee, ou *Peace Line*, marca a volta da ocupação sul-coreana no território e o início de todo o programa de defesa do país no local. Quando o governo japonês sai em desacordo à proclamação da *Peace Line*, reiterando sua posição de soberania na região e classificando a posse sul-coreana como ‘Ocupação Ilegal’, a luta pela soberania sobre as ilhas desencadeia uma disputa acirrada e se torna um dos pontos mais delicados da relação entre os dois países, sendo inclusive um dos principais responsáveis pelo distanciamento de ambos em negociações bilaterais sobre segurança internacional (WIEGARD, 2015).

Ainda que Japão e a Coreia do Sul compartilhem preocupações no quesito segurança regional atualmente — como pode ser visto em ambos os *defense papers*<sup>7</sup> nos tópicos relacionados à contínua expansão militar russa, o fortalecimento das forças armadas chinesas e a constante ameaça nuclear da Coreia do Norte, —, é visível a dificuldade dos países em celebrarem acordos bilaterais sobre segurança e defesa, não apenas pelo insistente desconforto de ambos em já conhecidas questões históricas, mas, principalmente, devido a tangível dificuldade entre os envolvidos de superar a questão relacionada a Dokdo/Takeshima (WIEGAND, 2015).

Como visto no próprio Livro Branco de Defesa da Coreia do Sul lançado em 2018, há um contínuo esforço entre os países em cultivar relações de cooperação relacionadas à defesa e segurança em encontros dos Ministérios da Defesa celebrados desde 1994, tratados de cooperação e troca assinados em 2009<sup>8</sup> e, ainda, conversas bilaterais durante o *Asia Security Summit* (ASS) (2018) e o *ASEAN Defence Ministers Meeting* (ADMMPlus) (2018), porém, principalmente pela questão da soberania de Dokdo/Takeshima, tanto o Japão como a Coreia do Sul veem essa proximidade como difícil de ser mantida (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COREIA, 2018). Assim como pontuado no Livro Branco de Defesa da ROK sobre

6 “*Korean jurisdiction over waters within a line running 60 nautical miles from the Korean coast*”. Declaração sobre o Mar Adjacente por Syngman Rhee” (BRIDGES, 1993)

7 Livros de Defesa. (tradução nossa)

8 Com a assinatura da *Letter of Intent on Defense Exchanges* (2014).

a relação com o Japão:

*The ROK and Japan have also been enhancing mutual understanding through defense policy talks and foreign affairs and defense security policy consultative meetings. [...] However, some Japanese political leaders' perception of history and claims of dominion over Dokdo Island have become obstacles to the forward-looking development of the relationship between the two countries. The ROK will continue to cooperate with Japan for peace and stability on the Korean Peninsula and Northeast Asia while firmly and strictly responding to Japan's distortion of history and unjust claims on Dokdo Island.*<sup>9</sup> (MINISTÉRIO DA REPÚBLICA DA COREIA, 2018. p. 188)

Tal dificuldade é ainda mais palpável se observarmos o fracasso na assinatura do *General Security of Military Information Agreement* (GSOMIA) em 2012, o único tratado relacionado a segurança entre Japão e ROK o qual versava sobre o compartilhamento de inteligência militar entre os países (WIEGARD, 2015). Apenas uma hora antes do acordo ser assinado, representantes do governo sul-coreano adiaram sua assinatura por tempo indeterminado, o que deixou margem para o acordo ser completamente esquecido por ambos os lados (WIEGARD, 2015). Ficou implícito os motivos do cancelamento da assinatura do tratado, mas especula-se que a forte oposição interna da população e de uma determinada ala política veio a culminar na suspensão do tratado (WIEGARD, 2015). O caso mostra não apenas a dificuldade dos líderes de ambos os países em negociarem a situação, mas também o forte apelo popular que a questão tem em ambos os lados.

Há uma forte pressão exercida pela população contra acordos com o Japão e um constante retorno à questão de Dokdo/Takeshima nos debates sociais, políticos, e, principalmente, protestos, os quais se espalham até nas comunidades coreanas fora da ROK. A forte participação popular no caso não está condicionada apenas ao caso da assinatura do GSOMIA, mas em diversos outros momentos em que a questão é mencionada explicitamente ou implicitamente. Na ROK, como afirma Wiegard (2015), é possível observar um forte movimento nacionalista em relação a posse da Coreia do Sul sob Dokdo/Takeshima, não apenas por uma questão territorial, estratégica ou econômica como muitos políticos e manifestantes do *Protect Dokdo*

<sup>9</sup> “A ROK e o Japão também têm aprimorado o entendimento mútuo por meio de conversas sobre política de defesa, relações exteriores e reuniões consultivas sobre política de segurança de defesa. [...] No entanto, a percepção de alguns líderes políticos japoneses da história e reivindicações de domínio sobre a Ilha Dokdo tornaram-se obstáculos para o desenvolvimento progressivo da relação entre os dois países. A ROK continuará a cooperar com o Japão para a paz e estabilidade na Península Coreana e no Nordeste da Ásia, enquanto responde com firmeza e rigor à distorção da história do Japão e às reivindicações injustas na Ilha Dokdo.” (Tradução nossa)

argumentam, mas por uma questão histórica, quase compensatória, pelo violento expansionismo japonês na região durante o século XX.

Como afirma Bong (2013), o argumento das autoridades sul-coreanas de que a região viria a ser uma importante peça na estratégia militar, ou que a região traria uma grande vantagem econômica para o país devido suas poucas reservas de gás natural e sua biodiversidade marítima, parecem pífias se comparadas com a forte memória coletiva que a sociedade coreana tem em relação à posse do Japão sob territórios coreanos. Como Bong (2013) explica:

*For South Korea, Dokdo is the reminder of its 36-year-long suffering under the Japanese occupation. Koreans consider any contest about its sovereign control over the islands to be tantamount to denying their historical memory as victims of Japanese imperialism. They believe that Japan's persistent claims to Dokdo are unmistakable evidence that the former colonizers do not repent their past sins and have every intention of reviving their violent ways<sup>10</sup>. (BONG, 2013. p. 192)*

Essa forte memória histórica está ligada à região quase que diretamente, uma vez que a defesa de Dokdo/Takeshima como território sul-coreano vem como uma defesa a um dito “resquíio de colonização japonesa” e como uma representação de desculpas do governo japonês por suas ações durante a Segunda Guerra. A situação também nos leva a observar as demais questões históricas que a luta pela soberania por Dokdo/Takeshima levanta quase que intrinsecamente à sua existência.

A discussão sobre o delicado caso não resolvido das “Mulheres de Conforto”, a polêmica envolvendo a visita de políticos japoneses ao santuário Yasukuni, os livros didático que não abordam a questão coreana, além dos constantes protestos do Japão contra as estátuas referentes às mulheres violentadas durante a Segunda Guerra e demais manifestações coreanas sobre o assunto, retornam à superfície com a discussão sobre Dokdo/Takeshima e são somadas às reivindicações de posse territorial (WIEGARD, 2015).

É nesse contexto que observamos diversas posições controversas, tanto da diplomacia japonesa, quanto de representantes oficiais do governo, que por vezes

10 “Para a Coreia do Sul, Dokdo é a lembrança de seu sofrimento de 36 anos sob a ocupação japonesa. Os coreanos consideram qualquer disputa sobre seu controle soberano sobre as ilhas equivalente a negar sua memória histórica como vítimas do imperialismo japonês. Eles acreditam que as reivindicações persistentes do Japão a Dokdo são uma evidência inegável de que os ex-colonizadores não se arrependem de seus pecados passados e têm toda a intenção de reviver seus caminhos violentos.” (Tradução nossa).

não estão ligadas à questão de Dokdo/Takeshima, mas acabam por trazer a questão à tona. Desde 2018 com a decisão histórica da Suprema Corte da Coreia do Sul para o Japão compensar os trabalhadores que foram forçados a trabalhar na companhia japonesa Sumitomo durante a Segunda Guerra, o Japão tem tomado uma posição ultraconservadora — até mesmo com o novo primeiro ministro Suga Yoshihide — sobre as questões referentes à Coreia do Sul, até mesmo removendo a ROK da “lista branca” de parceiros comerciais como resposta a retomada dos temas historicamente sensíveis pela ROK (STANGARONE, 2020).

Mesmo com os esforços de proximidade buscados pelo presidente Moon Jae In, o Japão tem por diversas vezes se mostrado mais reticente às questões, deixando explícito até mesmo em seu *Diplomatic Bluebook*<sup>11</sup> de 2020, alegações de defesa ao caso das “Mulheres de Conforto” desacreditado as denúncias feitas pela ROK e reiterando sua posse sobre Dokdo/Takeshima — que mesmo sendo feito desde 2005, ganhou um peso muito maior pelo incidente envolvendo a invasão de uma aeronave russa no local em 2018 e os disparos feitos pelas forças de defesa japonesa em direção ao local —. O Japão não apenas segue nomeando a região como Takeshima no *Defense Paper*<sup>12</sup> de 2020, mapas escolares, mapas oficiais e outras mídias, como também se refere a questão em seu *Diplomatic Bluebook* de 2020 da seguinte forma:

*The ROK has continued its illegal occupation of Takeshima with no legal basis in international law, including stationing permanent security personnel. Japan has been keeping the world informed about Japan’s position on the issue through various media, and has repeatedly lodged strong protests against the ROK over matters such as landing on the island by South Koreans including members of the ROK’s National Assembly, and the ROK’s military exercises and marine researches.*<sup>13</sup> (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO, 2020. p.40)

A decisão da ROK em adotar um tom muito mais pragmático quanto a segurança territorial, diminuindo as relações com o Japão se referindo às mesmas

11 Livro Diplomático Azul. Em tradução nossa.

12 Livro de Defesa. Em tradução nossa.

13 “A ROK continuou sua ocupação ilegal de Takeshima sem base legal no direito internacional, incluindo o posicionamento de pessoal de segurança permanente. O Japão tem mantido o mundo informado sobre a posição do Japão sobre a questão por meio de vários meios de comunicação, 18 e repetidamente apresentou fortes protestos contra a ROK por questões como o desembarque na ilha de sul-coreanos, incluindo membros da Assembleia Nacional da ROK e militares da ROK exercícios e pesquisas marinhas” (Tradução nossa).

como “apenas vizinhos próximos” e não mais “parceiro”, além da retomada de sua posição enfática quanto a soberania de Dokdo/Takeshima, se mostra muito mais como uma reação direta à difícil relação com o Japão nos últimos três anos desde a decisão da Suprema Corte, do que uma mudança efetiva de sua política externa mais aproximativa (MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COREIA, 2020). Além dessa mudança, o pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores da ROK em protesto às declarações e nomeações do *Defense Paper*<sup>14</sup> japonês de 2020 mostra o descontentamento contínuo da ROK com a diplomacia japonesa, percebendo-a como uma diplomacia provocativa e, conseqüentemente, resultando no resfriamento em suas relações (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2020).

A questão para o Japão é classificada como uma *gray-zone*, sem um acordo de paz ou um conflito em curso, apenas uma zona cinzenta nas relações entre os dois países. O país tem uma preocupação na possibilidade de desenvolvimento do conflito, ainda que a situação tenha uma tendência a se perpetuar nesse estado em que o conflito e a paz são ambos eminentes. A ROK, por sua vez, responde, nas palavras de seu ministro da defesa, afirmando que continuará a responder firmemente às distorções do governo japonês (SHIM, 2021). A questão tende a continuar irresoluta, pela dependência do passado de ambos os países. Como afirma Bong (2013): a questão de Dokdo/Takeshima é um produto de um momento histórico, assim como de uma política imperialista fruto da década de 1950. Resolver a questão é romper a ordem e transformar as bases lógicas em que Japão e Coreia do Sul se encontram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIDGES, Brian. Japan and Korea in the 1990s. **University Press**. Cambridge: 1993. p. 65.

BONG, Youngshik D. Built to last: The Dokdo territorial controversy. The baseline conditions in domestic politics and international security of Japan and South Korea. **Memory Studies**. número 6. 2013. p. 191-203.

CHOE, Sang Hun. South Korea Launches Military Exercise for Islets Also Claimed by Japan. **The New York Times**. 25 de Agosto de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/25/world/asia/south-korea-japan-islands.html>. Acesso em: 12 abr. 2021

FERN, Sean. Tokdo or Takeshima? The International Law of Territorial Acquisition in the Japan-

14 Livro de Defesa (Tradução nossa).

-Korea Island Dispute. **Stanford Journal of East Asian Affairs**. Vol. 5, No. 1. 2005.

KOREA HYDROGRAPHIC AND OCEANOGRAPHIC AGENCY. **East Sea**. República da Coreia. 2016. Disponível em: <https://www.khoa.go.kr/eng/kcom/cnt/selectContentsPage.do?cntId=31070100>. Acesso em: 12 abr. 2021

MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COREIA. **Defense White Paper 2018**. Coreia do Sul. 2018. Disponível em: <https://www.mnd.go.kr>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COREIA. **Defense White Paper 2020**. Coreia do Sul. 2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO JAPÃO. **Defense of Japan 2020**. Japão. 2020. Disponível em: [https://www.mod.go.jp/en/publ/w\\_paper/wp2020/pdf/index.html](https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/wp2020/pdf/index.html). Acesso em: 13 abr. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA. **Posição da Coreia sobre Dokdo**. República da Coreia. 2013. Disponível em: <https://dokdo.mofa.go.kr/pt/dokdo/faq.jsp>. Acesso em: 20 out. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA COREIA. MOFA Spokesperson's Commentary on "Defense of Japan 2020". **Press Releases**. 2020. Disponível em: [https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m\\_5676/view.do?seq=321161](https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5676/view.do?seq=321161). Acesso em: 18 maio 2021.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO JAPÃO. **Dez Tópicos sobre a Questão de Takeshima**. Japão. 2014. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/territory/takeshima/index.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO. **Diplomatic Bluebook 2020**. Japão. 2020. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/100116875>. Acesso em: 20 out. 2021.

SHIM, Kyu Seok. Ministry rejects Japan's protests against defense white paper. **Korea JoongAng Daily**. 2021. Disponível em: <https://koreajoongangdaily.joins.com/2021/02/03/national/defense/defense-white-paper-Japan-Dokdo/20210203173200777.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

STANGARONE, Troy. South Korea and Japan Continue to Struggle to Bridge their Differences. **The Diplomat**. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/11/south-korea-and-japan-continue-to-struggle-to-bridge-their-differences/>. Acesso em: 16 abr.2021

TRATADO de paz de São Francisco. 8 de Setembro de 1951. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021

WIEGAND, Krista E. The South Korean-Japanese security relationship and the Dokdo/Takeshima islets dispute. **The Pacific Review**. Vol. 28, No. 3. 2015